

- ◆ Foi um programa inovador que veio inspirar uma nova abordagem ao desenvolvimento rural, estimulando o aparecimento de muitas outras Associações de Desenvolvimento Local com acções interessantes no meio rural.
- ◆ A sua filosofia *bottom up* permitiu o apoio a muitas iniciativas localmente importantes que não teriam apoio na ausência do Programa.
- ◆ Era um programa financeiramente ágil e eficiente.
- ◆ Desenvolveu muito a oferta de turismo rural que era quase inexistente até ao momento.
- ◆ Fomentou o aparecimento local de novas competências na preparação e análise de projectos.
- ◆ Foi gerador de emprego no meio rural.
- ◆ A sua característica de abertura permitiu o apoio a iniciativas muito diversificadas e inovadoras.
- ◆ Este sucesso foi alcançado, não obstante algumas dificuldades das quais saliento as mais significativas:
- ◆ As iniciativas mais inovadoras confrontaram-se muitas vezes com dificuldades resultantes da aplicação da legislação, que muitas vezes inibia o desenvolvimento, com exigências burocráticas muito pesadas ou mesmo com o impedimento de muitas iniciativas por dificuldades de licenciamentos ou outros requisitos legais. Esta questão colocou-se muito no domínio do turismo rural e no das unidades de transformação de produtos alimentares tradicionais de qualidade.

Apesar de todos os constrangimentos o programa teve uma taxa de execução muito próxima dos 100 % e pode-se considerar, em termos gerais, como um sucesso muito significativo.

2.2 LEADER II

Contexto histórico

A Iniciativa comunitária LEADER II, foi delineada para o período de 1994 a 1999, com um montante de investimento previsto acrescido da ordem dos 175 milhões de ECU.

Surgiu, todavia, num contexto já muito diferente do descrito para o LEADER I: o conhecimento do sucesso do programa era já grande no meio rural, a expectativa era muito significativa e, no terreno, existiam já competências técnicas e diversas Associações de Desenvolvimento candidatas à execução local do Programa.

A Candidatura Nacional foi apresentada à União Europeia, foi elaborado um Plano Nacional de Enquadramento das candidaturas e, por cada uma das Regiões Agrárias, foram elaborados Planos Regionais de Enquadramento.

Houve um intenso trabalho local de compatibilização de interesses e de procura de formação de parcerias mais alargadas, de forma a congregar apenas uma candidatura para cada área de intervenção.

Este processo foi lento e difícil, chegando-se, todavia a um consenso em todos os casos.

Note-se, que se procurou sempre encontrar soluções de consenso local, não considerando mais do que uma candidatura para cada área de intervenção, o que, nalguns poucos casos, se mostrou ser uma tarefa difícil.